



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL  
Procuradoria Legislativa



**PARECER N. 358/2021**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 23/2021**

**ASSUNTO:** Parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n. 23/2021, que "Dispõe sobre a remissão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) às empresas que possuem suas sedes/edificações atingidas pelas inundações no exercício de 2021 e dá outras providências"

**INTERESSADA:** Diretoria Legislativa

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 23/2021. REMISSÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2021. EMPRESAS ATINGIDAS PELAS INUNDAÇÕES. MORATÓRIA DE JUROS E MULTAS INCIDENTES SOBRE A TAXA DE COLETA E REMOÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS. RENÚNCIA DE RECEITAS. COMPATIBILIDADE COM O ART. 14 DA RESPONSABILIDADE FISCAL. SUGESTÃO DE EMENDA. APROVAÇÃO.**

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de parecer sobre o Projeto de Lei Complementar n. 23/2021, de iniciativa do Prefeito, que "Dispõe sobre a remissão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) às empresas que possuem suas sedes/edificações atingidas pelas inundações no exercício de 2021 e dá outras providências".

Constam dos autos o Ofício/COJUR/Nº 1.801/2021, a mensagem governamental n. 34/2021, o texto inicial do projeto de lei complementar, o parecer proferido pela Procuradoria Geral do Município no processo SAJ n. 2021.02.001393, o ofício nº 652/SEPLAN/2021 e a análise de impacto orçamentário-financeiro.

O projeto de lei complementar tem por objetivo conceder remissão valorada em 50% do IPTU referente ao exercício de 2021, para as empresas que possuam sedes ou edificações localizadas nas áreas atingidas pelas inundações ocorridas no Município, no exercício de 2021 (art. 1º).

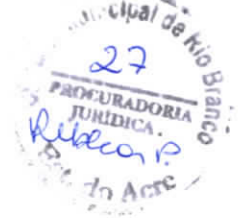
A remissão se aplica ao crédito tributário do IPTU lançado no exercício de 2021 e não abrange a taxa de coleta e remoção de resíduos sólidos (arts. 2º e 3º).

Segundo os arts. 4º e 6º, a concessão do benefício se dará mediante requerimento com juntada de documentos do responsável e da empresa e estará condicionada à comprovação de pleno funcionamento das atividades da empresa, no presente exercício, e de que a beneficiária foi atingida pelas inundações em 2021.

O art. 10 institui moratória relativa aos juros de mora e multas incidentes sobre a taxa de coleta e remoção de resíduos sólidos, referente ao exercício de 2021, aos beneficiários das remissões tributárias instituídas pelo projeto e pela Lei Complementar n. 109, de 19 de abril de 2021. A moratória terá efeitos até 31 de dezembro de 2021.



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**  
**PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL**  
Procuradoria Legislativa



Na mensagem governamental, o Prefeito afirmou que o benefício tributário mostra o compromisso da gestão municipal com o trabalho de regularização e a retomada do crescimento econômico da cidade, além do respeito com os munícipes e empresários.

Salientou que o projeto está alicerçado no art. 14, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal e se adéqua às exigências legais em vigor.

É o necessário a relatar.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei complementar se enquadra nas autorizações para legislar franqueadas aos Municípios, de acordo com o que dispõem o art. 30, I e III, da Constituição Federal e o art. 22, I e III, da Constituição Estadual, por se tratar de matéria de interesse local, de relevância preponderante para os munícipes de Rio Branco e norma que versa sobre a aplicação das rendas do Município.

Também não há vício de iniciativa, pois a matéria em questão não se enquadra nos arts. 36 e 58 da Lei Orgânica, podendo a iniciativa legislativa se dar por meio do Prefeito, de qualquer vereador e até mesmo por iniciativa popular. Neste sentido é a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

Tributário. Processo legislativo. Iniciativa de lei. 2. Reserva de iniciativa em matéria tributária. Inexistência. 3. Lei municipal que revoga tributo. Iniciativa parlamentar. Constitucionalidade. 4. Iniciativa geral. Inexiste, no atual texto constitucional, previsão de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo em matéria tributária. 5. Repercussão geral reconhecida. 6. Recurso provido. Reafirmação de jurisprudência.  
(ARE 743480 RG, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-228 DIVULG 19-11-2013 PUBLIC 20-11-2013)

Ementa: DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. IPTU. ISENÇÃO CONCEDIDA POR LEI MUNICIPAL. INICIATIVA DO LEGISLATIVO. MATÉRIA TRIBUTÁRIA. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. SÚMULA 284/STF. 1. O acórdão recorrido está alinhado ao entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de reconhecer a competência concorrente entre Executivo e Legislativo para a iniciativa legislativa de leis que versem sobre matéria tributária. 2. Inaplicável o art. 85, § 11, do CPC/2015, uma vez que não houve prévia fixação de honorários advocatícios de sucumbência. 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.  
(ARE 1236918 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 27/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-119 DIVULG 13-05-2020 PUBLIC 14-05-2020)

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. MUNICÍPIO DE LENÇÓIS PAULISTA. LEI MUNICIPAL Nº 4.539/2013. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL. INICIATIVA DE LEI EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. COMPETÊNCIA COMUM OU CONCORRENTE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL  
Procuradoria Legislativa

(RE 858644 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 19/05/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-104 DIVULG 01-06-2015 PUBLIC 02-06-2015)



Quanto à espécie normativa utilizada, trata-se de matéria reservada à lei complementar, conforme art. 43, § 1º, XIV, da Lei Orgânica, porquanto o projeto concede benefício tributário, não havendo equívoco neste ponto.

Não há impedimento para a concessão de remissão sobre o IPTU e moratória quanto a juros e multas incidentes sobre a taxa de coleta e remoção de resíduos sólidos, **desde que sejam cumpridos os requisitos previstos no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições: (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001)  
(Vide Lei nº 10.276, de 2001)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

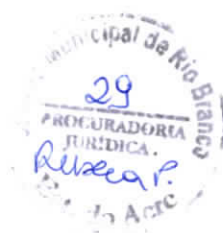
I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Verifica-se que foi apresentada estimativa de impacto orçamentário-financeiro da renúncia de receita no exercício de 2021 totalizando R\$ 24.158,00, inexistindo impacto em anos seguintes por se tratar de remissão tributária, que não atinge créditos tributários futuros, e moratória, que é a simples postergação do pagamento do crédito tributário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO**  
**PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL**  
Procuradoria Legislativa



Quanto à adequação do projeto à lei de diretrizes orçamentárias, percebe-se que a renúncia de receita está prevista na Lei Complementar n. 96/2020 (LDO de 2021), Anexo de Metas Fiscais, Tabela 8, demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita 2021.

No mais, é preciso que a renúncia de receita atenda a uma das seguintes condições:

a) demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO (art. 14, I, da LRF); **ou**

b) estar acompanhada de medidas de compensação, no período trienal, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (art. 14, II, da LRF).

No caso, a LDO afirma que a renúncia foi considerada na estimativa de receita, não afetando as metas fiscais. Portanto, a remissão tributária foi levada em conta quando da elaboração da estimativa de receita da Lei Orçamentária Anual de 2021 (Lei Complementar n. 103/2020), que guarda compatibilidade com a LDO e repete o demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita 2021.

Além disso, a análise de impacto orçamentário-financeiro juntada assevera que a instituição da remissão não afetará as metas fiscais previstas e atende ao art. 14, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, constata-se a constitucionalidade e legalidade da proposição.

Finalmente, apenas para sanar contradição contida no projeto, sugere-se a proposição de emenda do art. 8º para que a palavra "isenção" seja substituída por "remissão".

### **III - CONCLUSÃO**

Ante o exposto, esta Procuradoria entende que inexistente óbice jurídico para a aprovação do Projeto de Lei Complementar n. 23/2021, com a emenda sugerida.

O projeto deverá tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e na Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

É o parecer.

Rio Branco-Acre, 2 de dezembro de 2021.

Renan Braga e Braga  
Procurador



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
PROCURADORIA GERAL**



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2021**

**ASSUNTO:** “DISPÕE SOBRE A REMISSÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) ÀS EMPRESAS QUE POSSUEM SUAS SEDES/EDIFICAÇÕES ATINGIDAS PELAS INUNDAÇÕES NO EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**INTERESSADO:** DIRETORIA LEGISLATIVA

**DESPACHO DA PROCURADORA-GERAL**

Aprovo o Parecer de nº. 358/2021, de lavra do Procurador Renan Braga e Braga, por seus próprios fundamentos.

Remetam-se os autos ao Setor de Apoio às Comissões Técnicas.

Rio Branco-AC, 03 de dezembro de 2021.

  
**Evelyn Andrade Ferreira**  
Procuradora-Geral  
Matrícula 11.144

**RECEBIDO EM**

\_\_\_\_/\_\_\_\_/2021

**COMISSÕES TÉCNICAS**